

AS CONTROVÉRSIAS: AUTODETERMINAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO¹

The controversies: self-determination and decolonization

VENTURA, Pedro Paulo Ramos²

Resumo

O objeto geral sobre “racionalidade e controvérsia” é fornecer um instrumental de análise que permita examinar a argumentação em termos de confronto entre posições conflitantes. Partindo inicialmente, da distinção que Marcelo Dascal estabelece entre discussão, disputa e controvérsia, o papel das controvérsias será examinado, como motor de esclarecimento para pensarmos a “Descolonização” em Angola, ou se estamos diante da autoderminação para compreendermos a natureza do rácio que determina a ideia de “descolonização” dos povos africanos. O rácio da autoderminação como novo modo de percebermos a ideia da “descolonização” em Angola, será examinada dentro das controvérsias como motor de esclarecimento e inovação no desenvolvimento dos povos africanos, tanto para compreender a natureza da racionalidade do “colono”, como de sua praxe - hermenêutico. A “lógica” do rácio colonial quanto a “colonização” é conflitante no ponto de vista, biológica, antropológica, sociológica, histórica, religiosa e filosófica. Tais conflitos, não são controvérsias. A controvérsia supera o conflito.

Abstract

The general objective of "rationality and controversy" is to provide an analytical tool that allows us to examine arguments in terms of confrontation between conflicting positions. Starting initially from the distinction Marcelo Dascal establishes between discussion, dispute, and controversy, the role of controversies will be examined as a driver of clarification for thinking about "decolonization" in Angola, or whether we are facing self-determination to understand the nature of the ratio that determines the idea of "decolonization" of African peoples. The ratio of self-determination, as a new way of perceiving the idea of "decolonization" in Angola, will be examined within controversies as a driver of clarification and innovation in the development of African peoples, both to understand the nature of the "settler's" rationality and their hermeneutic praxis. The "logic" of the colonial ratio and "colonization" is conflicting from biological, anthropological, sociological, historical, religious, and philosophical perspectives. Such conflicts are not controversies. Controversies outweigh conflict.

Palavra – Chave: *As Controvérsias: Autoderminação. Descolonização e Conflito.*

Keyword: *The Controversies: Autodermination. Decolonization. and Conflict.*

Data de submissão: outubro 2025 | **Data de publicação:** dezembro 2025.

¹ Artigo padronizado, formatado, colocado no template e indexado pela equipa de voluntários da MUNDIS – Associação Cívica de Formação e Cultura: <https://www.mundiseventos.pt/>.

²PEDRO PAULO RAMOS VENTURA - Universidade Católica de Angola, ANGOLA.

INTRODUÇÃO

O rácio da autodeterminação como novo modo de percebermos a ideia da “descolonização” em Angola, será examinada dentro das controvérsias como motor de esclarecimento e inovação no desenvolvimento dos povos africanos, tanto para compreender a natureza da racionalidade do “colono”, como de sua praxe - hermenêutico. A “lógica” do rácio colonial quanto a “colonização” é conflituante no ponto de vista, biológico, antropológico, sociológico, histórico, religioso e filosófico. Tais conflitos, não são controvérsias. A controvérsia supera o conflito.

Nossa proposta inicial é compreendermos a racionalidade da instrumentalização da manipulação ideológica da colonização portuguesa em Angola e, de alguns países de expressão portuguesa a mesma usada, que esvaziou o sentimento de nacionalismo ao sentimento de subalternização visíveis no *modus vivendi* das “sociedades colonizadas”.

Se empregamos o termos descolonização porque houve a colonização, certo? Certo. Então, o modo de viver dos descolonizados foi afectado desde seu modo de pensar e agir. Compreende – se que o modo como vivemos, pensamos i ou agimos, faz parte de toda uma construção filosófica desconexa ao modo de viver e pensar, da “pré-consciência de quem nasce livre”.

Nascer livre e estar livre, duas coisas diferente no ponto de vista semântico e filosófico, os dois verbos devem ser conjugados de modos diferentes, cada qual tem sua acção no tempo e no seu modo conjugal. O primeiro concebe a ideia de sujeito e, o segundo a condição de ser ou não. Nascer livre faz parte da condição biológica, todos, nascemos um dia, porém, estar livre é uma construção, como também, algum indivíduo pode não estar livre. Por que não ser ao invés de estar? Ser já uma condição biológica e consciente, estar, é uma construção ideológica, é uma reivindicação e luta permanente.

Foi isso que fez a colonização, objecto de nossa análise, de tornar os indivíduos numa condição dependente de ser ou não ser. Do indeterminado ao determinado, conceito de proposição lógica de Aristóteles ao se referir ao um sujeito. Pensando assim, foi o que fez a colonização, indeterminar o Negro, sem história, quando tinha, sem origem, quando tinha, sem memórias, quando tinha, tornou – se indeterminado até na história universal.

Por isso falar da descolonização como ideologia nada mais é que debatermos os conceitos à luz das Controvérsias.

1. PARADIGMA LIBERTÁRIOS E DESENVOLVIMENTO NACIONAL NOS PALOP

1.1 O rácio do paradigma libertário e desenvolvimento nacional nos PALOP

A chamada “colonização dos povos africanos” herdeira da tradição antiga grega e romana, deturpou o conceito de pessoa e, humanizar qualquer que seja o indivíduo é a mais pura agressão no ponto de vista filosófico e, porque não, teológico.

Na perspectiva filosófica, a lógica aristotélica e pós - aristotélica, o termo (sujeito) é empregado para designar, numa proposição ou juízo, “ o elemento indeterminado por outro elemento, significa que toda proposição enquanto não se acrescenta um predicado (P) ao sujeito (S), este continua indeterminado, desde o ponto de vista da predicação, de modo que o sujeito do juízo é o indeterminado ou o vazio”. P. ex. na Grécia Antiga o escravo e mulheres e entre outros fora da categorização de pessoa – sujeito eram determinados por uma racionalidade a partir de juízos de um pequeno grupo elitista – filósofos e, estes, são os únicos capazes de administrarem apóles, fora destes grupos, todos os outros são indeterminados e vazios.

É nesta perspectiva que o chamado “colono” olhavam para os africanos, povos indeterminados e vazios. A discriminação sobre os povos africanos remontam desde os tempos bíblicos à modernidade. O olhar desprezível sobre outro é conflituante, gerando assim controvérsias sobre o conceito de pessoa.

Na tradição judaico-cristã, mostrado na teologia dos primeiros séculos, o termo foi amplamente utilizado para se referir ao mistério da Trindade e da Encarnação. Para dirimir questões espinhosas da Teologia, o termo persona foi utilizado para falar de Deus, de Jesus Cristo, do Espírito Santo, e não apenas do ser humano.

A predicação em Aristóteles é o determinante, ao passo que o sujeito é indeterminado e, por aqui merecerá a nossa atenção, para pensarmos o rótulo ao continente africano como um lugar desconhecido, povo sem cultura, sem história e sem ciência, ou seja, o continente indeterminado.

Para a nossa discussão e reflexão sobre o Paradigma Libertário e Desenvolvimento Nacional Nos PALOP penso que é importante repensarmos o sujeito determinado que sobrepõem – se ao indeterminado, esvaziando a construção ideológico de pessoa dos povos africanos.

Segundo Costa (2019, p. 24) em seu artigo sobre o Conceito de Pessoa, que no âmbito do Direito Romano, o indivíduo indeterminado, que não possui nem nome, nem voz é designado pelo termo “caput” que significa cabeça. “Caput” é o indeterminado por trás da máscara, ou seja, da persona, que é o que se resulta concreto pela relação intersubjetiva com outras personas. Deixar de ser pessoa para o Direito Romano era ser expulso da comunidade, deixar de ter reconhecimento jurídico.

Por muito tempo os Negros eram esses “caput”, ainda em muitas culturas – brancas, é assim visto o Negro, escondidos atrás das máscaras, sem voz, sem autonomia, preso a um passado histórico. Essas ideologias do Direito romano – antigo, algumas culturas ainda perpetuam a mesma ideologia do “caput” legitimando a ideia da superioridade racial, que não foge à regra nas colônias europeias sobre o homem negro.

Neste ponto, o Negro teve a necessidade de auto – determinar – se dentro de uma ideologia de resistência contra a colonização, p. ex. em Angola, mas, foi este o sentimento no continente africano que abriu as portas para a luta armada até as independências. A ideologia de resistência também marca uma nova era dos povos africanos, sonhando com a liberdade e a prosperidade da própria África.

É nesta perspectiva que o conceito de controvérsia seja necessário para pensarmos filosoficamente novo modo de inteiração dialógica quando queremos resolver qualquer que seja o conflito de ideias. A controvérsia oferece esse espaço, pois, uma das características são a abertura para novas ideias, pensando nos ganhos cognitivos. Que falaremos mais tarde.

As controvérsias na era colonial e pós – colonial nunca houvera um espaço em que as partes sentasse para debater os problemas da escravidão e dos escravizados, empurrava uma ideologia suprema, sem que tais ideologias fossem polemizadas na base de uma racionalidade “*harde*”, ainda que fosse na racionalidade “*soft*”, as controvérsias foram ficando de lado para não permitir o debate aberto e sério, ignorando o contexto, a cultura dos povos africanos.

Eis a razão por que falamos da auto – resistência ideológica que culminou na luta armada contra a postura ideológica e irresistível do homem branco no continente africano. Quando não se dá espaço e abertura para o outro, é mister que haja reação, para o bem ou para o mal. Normalmente, para o mal. E foi isso que aconteceu com a expulsão dos portugueses em Angola. Os angolanos arrancaram a independência à força, coisa que

poderia ser resolvido na base do diálogo aberto e franco. Aqui cabe o papel das controvérsias. Quando não há espaço para as controvérsias, então, reina, a tirania...

1.2. O rácio da autodeterminação e conflito no Paradigma Libertário e Desenvolvimento Nacional Nos PALOP

Entendemos que as autodeterminações não pressupõem rebeldia, mas resistência a um sentimento psíquico, mental, ou auto-defesa que pode ser externo. Considerando a ideia de um paradigma libertário para o desenvolvimento nacional, o rácio é, resistência frente a todas as forças política externas que não coopere com o desenvolvimento de Angola e de África. Tal resistência não significa antecipar luta, mas, resistir a todas ideologias corruptíveis que ameaça o desenvolvimento nacional bem como o capital humano angolano. Hoje temos uma Angola independente, mas, vivemos ainda o efeito da colonização, é esse efeito que pretende – se combater e resisti – lo, trazer uma nova roupagem ideológica libertária das mentes dos angolanos e de África, para que o desenvolvimento nacional seja possível bem como de toda África.

Fernandes, 2007, pp. 173 – 174. Adorno elege o romance como forma privilegiada de resistência à coisificação do indivíduo em curso no mundo contemporâneo. Para romper com esse estado de coisas o autor deve buscar uma nova forma para o romance, o que implica o rompimento com o Realismo e com um certo tipo de linguagem que pretende apreender a realidade, isto é, aquela que diz que “foide fato assim”. Essa nova forma deve buscar a essência do social, o que deve ser feito por meio de novas técnicas de criação literária como, por exemplo, a distorção e a ironia.

Para Adorno, o romancista que insiste em recorrer aos antigos procedimentos, estaria tomando a aparência como algo verdadeiro e contribuindo com o processo de mistificação, logo, a resistência continua contra toda as forças ideológicas antiquada que coisifica o outro, resistir sobre todas as formas romancista irreal que afigura uma linguagem soberana, quando, na verdade, não passa de utopia, que trava o avanço social e económico de quem seja a nação ou povo.

A necessidade de discutir um novo paradigma ascendente económico, ideológica dos PALOP é importante para se acabar com a força utópica hierárquico um sobre outro, a falsa ideia de que alguém manda, outros obedecem, mais vulgo, dançar a música de quem mais tem a oferecer.

Adorno e Benjamin resistiram contra toda a força romancista do capitalismo moderno, que coisificou os indivíduos a meros instrumentos e força de trabalho para enriquecimento de uns e, o empobrecimento de outros; o romance moderno da falsa pretensão da hegemonia económico dos países mais industrializado do mundo sobre os menos industrializados, continua a utopia de soberania sobre os outros países, trazendo conflitos, divisões regionais, ideologias políticas, falsas ilusões de desenvolvimentos em países africanos, essa luta fria, fruto da colonização ainda se percebe em países africanos. A falsa ideia de África dependente enfraquece sutilmente os povos africanos.

2. AS CONTROVÉRSIAS COMO PONTO DE PARTIDA FILOSÓFICO PARA REDESENHAR O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

2.1. O que são as controvérsias

Entendemos que a ausência de um método de decisão como a “prova” que determina o resultado de um debate entre os participantes e os faz aceitarem a solução por ela ditada, é justamente umas das características definitórias da controvérsia. A controvérsia difere da disputa à medida que, na controvérsia, cada participante não dá por estabelecido a priori que o adversário está errado e o proponente certo, abandonando assim a esperança de poder persuadi-lo racionalmente a mudar de ideia.

A controvérsia difere da discussão por não se restringir à correta aplicação das regras, uma vez que, na discussão, não há divergências quanto a pressupostos comuns, método e critérios. Na controvérsia, todos esses factores podem ser debatidos, permitindo assim, ao contrário, desacordos amplos e radicais, bem como inovações.

2.2. Marco conceptuais

Uma interação polemica é uma interação dialógica na qual pelo menos dois interlocutores mantêm posições opostas a respeito de pelo menos uma questão dada e criticam um ao outro em relação á dita questão (e na maior parte dos casos também em relação a outras questões).

Exibe uma estrutura mínima, constituída por proponente e oponente, interagindo em pelo menos dois turnos, de tal modo que podemos identificar as seguintes etapas sucessivas: P1= Primeira intervenção do Proponente O2= Reação do Oponente a P1 P2=

Reação do Proponente a O1 O2= Reação do Oponente a P2 Interações polêmicas diferem quanto a seus fins, extensão, procedimentos, jogadas, modos de encerramento e lucro cognitivo. Podemos distinguir três principais tipos de ideias de polêmicas: disputa, discussão e controvérsias. Analisar - se a cada uma das suas características, a saber:

- **Disputa:** Objetivo: vitória sobre o adversário; Extensão: divergência bem definida, em geral estendendo - se a divergências pessoais e sociais;
- **Procedimento:** não há concordância quanto a procedimentos de decisão “interna”; Lance preferido: estratégia; possível encerramento: dissolução; possíveis ganhos cognitivos: descoberta de posições, atitude irreconciliáveis.
- **Discussão Objetivo:** determinação da posição verdadeira;
- **Extensão:** problema ou questão bem definida; Procedimento: aplicação de procedimento de decisão acordado;
- **Lance preferido:** prova;
- **Possível encerramento:** solução;
- **Possíveis ganhos cognitivos;** eliminação de crenças equivocadas.

A dicotomia “discussão-disputa” é tida tradicionalmente como exaustiva, excluindo a possibilidade de uma terceira alternativa e enfatizando a seguintes oposições:

Discussão: A verdade pode ser decidida pode ser decidida; Lógica Racional: Versa sobre conteúdo, a mudança de mente é possívelmente possível;

Há, no entanto, uma terceira alternativa para o papel das polemicas na ciência. Trata-se da modalidade de polêmica, que chama- se de “controvérsia”.

- **Controvérsia:** Objetivo: persuasão; Extensão: começa com uma questão bem definida e rapidamente se expande;
- **Procedimento:** cada suposição e procedimento podem ser questionados;
- **Lance preferido:** argumento; Encerramento ideal: resolução;
- **Possíveis lucros cognitivos:** clarificação da divergência; conciliação dos opostos; emergência de ideias inovadoras. As controvérsias exibem, entre outras, as seguintes propriedades epistemicamente importantes:

- **Mudanças de tópico:** controvérsias não permanecem confinadas às questões ou aos problemas que inicialmente as deflagram;
- **Questionamento generalizado:** a expansão da problemática inclui o questionamento por parte dos contendores a respeito dos pressupostos factuais, metodológicos e conceituais de seus adversários;
- **Preocupação hermenêutica:** questões de interpretação estão presentes em todos os momentos e níveis das controvérsias; interpretações são percebidas como contendo em si pressuposições e maleentendidos que viciam o debate - um facto do qual os contendores naturalmente querem tirar vantagem; em consequência, dificilmente qualquer interpretação é tomada como incontroversa e a reinterpretação é a regra; Abertura do fechamento: devido ao carácter aberto dos problemas em que as controvérsias usualmente se expandem, o término de uma controvérsia dificilmente consiste em uma decisão a respeito de qual “solução” é a vencedora; apesar disso, um reconhecido “lucro epistêmico” pode ser alcançado mesmo sob tais condições de abertura radical; Estrutura flexível: apesar de sua marcada abertura, as controvérsias não são anárquicas, mas seguem uma estrutura argumentativa ordenada, em que argumentos e contra argumentos sucedem-se e preservam em geral o critério de relevância;
- **Racionalidade soft:** a persuasão racional, objetivo da controvérsia, serve-se de modo de argumentação que vão além dos que permite a lógica dedutiva ou indutiva; a racionalidade á qual obedecem é a do “razoável” e não do logicamente necessário, do presumível e não do obrigatório; graças a isso, ela é uma racionalidade sensível ao contexto, pois argumentos razoáveis em um contexto podem não sê-lo em outro. (Dascal, 2005b, p. 24).

Cada uma dessas propriedades das controvérsias não apenas as distingue da discussão e da disputa, mas explica seu papel especial no progresso do conhecimento científico. Marcelo Dascal, em seu livro *Interpretação e Compreensão*, diz ser necessário considerar a pragmática como um elemento fundamental nas controvérsias. A pragmática em seu sentido mais amplo é uma teoria dos usos da linguagem.

A sociopragmática investiga os usos sociais da linguagem em contraposição aos seus usos privados, puramente mentais. Para serem bem-sucedidos, os interlocutores devem confiar não apenas nas elocuções em si; devem servir - se também do co - texto e do contexto. A tese principal proposta aqui é que, do mesmo modo, a estrutura de uma controvérsia é essencialmente pragmática. Uma controvérsia difere da conversação em vários aspectos. Em particular, a controvérsia não é uma sequência de elocuções nas quais os contendores se alternam, e sim uma sequência de textos mais ou menos longa, que pode conter respostas dirigidas a diversas partes do texto (ou textos) do oponente. Desse modo, em vez de uma única “demanda da controvérsia”, pode exigir uma enorme variedade de tais demandas em cada estágio da controvérsia.

2.2. De que Forma as Controvérsias Contribui no Desenvolvimento Nacional

Por exibir as controvérsias à abertura para dialogar, flexibilidade hermenêutico, inclui lances persuasivo como modelo de interação polêmica no debate, não resiste às sequências de elocuções nas quais o debates podem ser alternados sem perder de vista o foco dos contendores. A contribuição consiste na interlocução dialógica que não confina e amarra o debate na tipologia da disputa e discussão, a controvérsia tem uma estrutura lógica, seja hard i é ou soft, a controvérsia flexibiliza os negócios diplomáticos de alcance internacional. Essa flexibilidade dialógica própria das controvérsias, flexibiliza partir de uma razoabilidade soft, cujo lance é abertura para o desenvolvimento bidimensional.

De um modo geral, não há um desenvolvimento de qualquer que seja o país, sem diálogo. O diálogo está na base do desenvolvimento, pois, é a base da diplomacia. Neste caso, fazendo um recuo da história de Angola era colonial, faltou logicamente essa componente, aliás, nunca houvera negociações e muito menos abertura para o homem negro imprimir suas ideias, expor suas aflições, negociarem a independência e a libertação total dos negros na África colonial, em particular em Angola.

Onde opressão e falta de diálogo não pode haver desenvolvimento. Há necessidade de haver disposição para se ouvir as vozes dos oprimidos. Onde há opressão não há liberdade e muito menos desenvolvimento. As controvérsias é a contrapartida dialógica de redimir conflitos porque lhe permite contrabalançar as ideias conflitantes. Não foi isso que ocorreu em 1975 na independência de Angola, aconteceu uma revolta armada sem diálogo e sem abertura para negociação diplomático.

2.3. Perspectivas filosóficas para o Contínuo Desenvolvimento Nacional

Desde que o homem tomou consciência de si mesmo, de sua existência, desde os primeiros “primatas”, homo sapiens, nome científico para designar humano moderno e, também significa “homem sábio”, o ser humano, que hoje conhecemos como moderno, permitiu, o desenvolvimento da fala e da cultura. “Nós os humanos”, apresentamos uma complexa história evolutiva, como p. ex. a árvore das espécies hominídeos, como, Homo Astralupihtecu, Homo Abilis, Homo Erectus, Homo neandearthalensis e Homo Sapiens, suas características e evolução é palco de muitas disputas e rivalidade com a teoria do criacionismo, que arrogam, que Deus fez o homem. Os conflitos que giram em torno da existência humano, não é de hoje, datam aí 200 mil ano, a.C.

Desde o período paleolítico, neolítico, mesolítico a idade da pedra, neste período homem já viviam em comunidade, com uma “consciência” de evolução a partir das invenções como forma de sobrevivência e a necessidade de organização comunitária. Para além do cérebro desenvolvido (homo sapiens) considerado como homem sábio, a espécie humana difere-se dos seus ancestrais mais antigos por possuírem uma postura erecta e ser bípede (utilizando duas pernas).

O bipedismo é um marco na nossa evolução humana, permitiu que nossas mãos estivessem livres para a realização de outras tarefas, incluindo a criação e utilização de ferramentas complexas, como, a lança, arma de fogo, instrumento agrária.

2.4. A Pólis – lugar da Consciência livre e da Liberdade

Encaminho essa discussão da seguinte forma: sei que estou a entrar em um campo minado, mas, desde que o homem deixou a nomadização teve a necessidade de sedentarizar – seque lhe permitiu organizar – se e buscar o desenvolvimento tanto pessoal como da própria cidade.

O termo cidade é largamente discutido na antiga Grécia. A pólis foi a cidade-estado grega, uma organização política, social e autônoma. As cidades-estado compartilhavam uma cultura comum, como a língua e a religião, porém, cada uma possuía suas próprias leis, governo e autonomia política e econômica, isto estamos a falar de Atenas e Esparta.

Cada pólis era soberana, com suas próprias leis, exército e finanças. A pólis incluía tanto a cidade principal quanto as áreas rurais. Muitas cidades se formaram em

locais altos chamados acrópoles, que abrigavam templos e centros administrativos. A Ágora também era um espaço público crucial para debates políticos e sociais. A pólis era composta por cidadãos (*politai*), que eram homens livres e nascidos na cidade. A participação política variava, sendo mais intensa em cidades como Atenas, com a democracia direta.

Nos interessa ressaltar que a vida política e filosófica se fazia na Ágora, espaço próprio para o debate filosófico e político. A cidade é o espaço dos que pensavam a Atenas, é o lugar dos filósofos, aqueles que na opinião de Platão os únicos que podem governar a cidade.

A Pólis é o lugar da consciência livre, onde os *politais*, (cidadãos) desenvolvem a cidade com suas ideias filosóficas, o lugar da liberdade e da democracia. A democracia é entendida como liberdade, ou seja, o cidadão tem direito a opinar sobre a sua cidade, deve ser ouvida suas inquietações. O desenvolvimento passa por esse véis. Sem democracia e consciência livre, não há espaço para o desenvolvimento.

Nessa perspectiva filosófica, o continuo desenvolvimento nacional depende e muito da consciência colectiva e, que a democracia, os debates livres são os indicadores de uma cidade em desenvolvimento. A Ágora é o lugar das controvérsias, de filosofar abertamente sem receio científico e sociais. O lugar da crítica, dos reparos, das justificativas e da abertura ao novo, elemento essencial nas controvérsias.

A cidade é o lugar da cultura, do desenvolvimento, não que a rural não fosse, aliás, é a que abastece a cidade, tem seu lugar no espaço desenvolvimentista, assim, em Angola, seu desenvolvimento não foge a regra, ou seja, da liberdade, consciência colectiva e, a própria democracia é a ponte que nos levará todos ao desenvolvimento.

Os filósofos mais do que nunca devem reivindicar a Ágora, espaço próprio do debate – livre de modo a contribuir no desenvolvimento de Angola, porque não dizer, que os filósofos africanos devem reassumirem com intensidade esse lugar para que possamos alcançar o que reivindicamos o desenvolvimento e descolonização da África.

CONCLUSÃO

Nascer livre e estar livre, duas coisas diferente no ponto de vista semântico e filosófico, os dois verbos devem ser conjugados de modos diferentes, cada qual tem sua acção no tempo e no seu modo conjugal. O primeiro concebe a ideia de sujeito e, o segundo a condição de ser ou não. Nascer livre faz parte da condição biológica, todos, nascemos um dia, porém, estar livre é uma condição, como também, algum indivíduo pode não estar livre. Por que não ser ao invés de estar? Ser já uma condição biológica e consciente, estar, é uma construção ideológica, é uma reivindicação e luta permanente.

Foi isso que fez a colonização, de tornar os indivíduos numa condição dependente de ser ou não ser. Do indeterminado ao determinado. Pensando assim, foi o que fez a colonização, indeterminar o Negro, sem história, quando tinha, sem origem, quando tinha, sem memórias, quando tinha, tornou – se indeterminado até na história universal.

Por isso falar da descolonização como ideologia nada mais é que debatermos os conceitos à luz das Controvérsias. As Controvérsias diferente da ideologia, ele te permite na *Ágora* assumir seu papel consciente de contribuir filosoficamente na pólis, o direito de ser e estar livre num espaço democrático.

E nesse espaço por via de regra se dá o desenvolvimento nacional, a abertura ao outro, às novas ideias e sem medo de quebrar velhos paradigmas que foram instrumentos de opressão e resistência ao desenvolvimento humano. Cabe nós frutos dessa luta pós-colonial nos abrimos as novas consciências, abertos/a para desafios que enaltece os indivíduos; a valorização da ciência e abertura para debates controversos como sinais de que amadurecemos e rumo ao desenvolvimento nacional.

Despirmos – nos dos preconceitos (“des-scolonial”) e colonial, é urgente se estamos a pensar redesenhar os PALOP como interconexão para desintoxicar as piúrias (infecção) do passado ainda presente em nossas sociedades. Devemos aproveitar as oportunidades, há semelhança deste, comemorando os 50 anos de independência nacional, debatermos na tipologia das Controvérsia, bom momento para sinalizarmos a liberdade de consciência, a volta à *Ágora*, o desejo ao desenvolvimento dos países que pertence aos PALOP e outros afectos ao continente africano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

Biazi, C. A. S. M. (2015). O princípio de autodeterminação dos povos dentro e fora do contexto da descolonização. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, 67, 181–212.

Costa, D. D. (2019). O conceito de pessoa. *Helleniká – Revista Cultural*, 1(1), 21–38.

Dascal, M. (2005). A dialética na construção coletiva do saber científico. In A. C. Regner & L. Rohden (Orgs.), *A filosofia e a ciência redesenham horizontes* (pp. 15–31). Ed. UNISINOS.

Fernandes, N. A. M. (2007). O conceito de resistência em Benjamin e Adorno. *Araraquara*, 6(10). Universidade Estadual Paulista/UNESP.